

# COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

# CONTRA A VIOLÊNCIA DO CAPITAL: VAMOS PRODUZIR PARA VIVER, NÃO VIVER PARA PRODUZIR

Na altura em que os representantes da ordem — governantes, militares ou civis — tanto falam sobre a necessidade de eliminar os focos de violência social patentes ou latentes, será bom alinhar algumas reflexões sobre essa mesma violência. Também sobre esta questão as coisas são diferentes vistas do ângulo do Estado capitalista e do nosso lado. Com efeito, a ordem que os militares e civis que nos governam tanto querem

defender, chamando-lhe «democrática» ou «socialista», essa ordem é a da violência organizada, da violência como regra de um jogo que faz com que uns tenham direito a exercê-la chamando-lhe legalidade e faz com que outros tenham de sofrê-la, chamando à resignação «civismo» e à defesa «desordem», «caos» ou «anarquia».

(SEGUE NA PAG. 3)

## ENTREVISTA COM A COMISSÃO DE TRABALHADORES DO GRUPO L. LEVY

COMB. — Em primeiro lugar dê-nos uma visão da vossa luta, explicando as suas origens e qual a situação neste momento.

TRAB. A — Eu particularmente pertenço à Aldeia do Mar e talvez neste momento, não estejamos a sentir, ao mesmo tempo, os problemas dos outros. Ou então talvez, estamos mesmo a sentir os mesmos problemas dos outros, mas não sabemos a dimensão deles. Uma coisa é comum, a falta de dinheiro para os ordenados. Outra coisa que é comum, é a falta de dinheiro para pagar a proprietários, a coproprietários, a fornecedores, etc. Agora até onde é que a ocupação era uma paixão comum, pois só os próprios indivíduos dos diferentes sectores do grupo é que poderão responder. Todavia e fugindo um bocadinho à regra, eu até posso representá-los neste momento, e acho que a ocupação deve-se principalmente a manifestações falsas e tendenciosas feitas pela administração no seu todo, cujas vítimas principais seriam o empregado, o Estado, os fornecedores, os proprietários, pois verificamos que ao longo de muitos meses esta negação, este sistemático jogo que encobria uma série de coisas vinha ao cimo. Verificamos acima de tudo que havia qualquer coisa que não corria bem. Dizer o que de facto não corria bem era difícil, quer dizer, tão amplos eram os

problemas e tão difíceis eram, à priori, de descobrirmos onde começavam e onde iriam terminar, que dizer pela certeza seria jogar a adivinhar.

E então o que é que fizemos? Nós, Aldeia do Mar, estivemos em contacto com representantes de Vila Lara que aderiram logo à nossa luta. Todavia por motivos alheios à vontade deles e que eram superiores às suas forças naturais, disseram-nos que juntavam-se a nós logo que a ocupação fosse um facto. Aliás convém aqui esclarecer que Vila Lara foi uma vítima no meio de tudo isto, partindo do princípio que mandou cá a baixo alguns representantes seus, suficientemente credenciados, para tratar de assuntos bastante justos. Todavia o senhor Leon Levy e os seus comparsas, negativamente falharam. Dai o propósito em que Vila Lara acatasse à priori a nossa vinda a Lisboa. Mesmo nós, Aldeia do Mar, tivemos dificuldades em saber o que é que viríamos fazer a Lisboa.

TRAB. B — Aliás posso acrescentar que o problema surgiu porque nós na Aldeia do Mar nos apercebemos de imensas anomalias. Verificou-se que os salários relativos ao mês de Fevereiro não tinham sido pagos. Faltavam cerca de 100 contos a pagar aos ordenados de Fevereiro. Além disso havia imensos pagamentos em atraso, tal como subsídios de férias no montante de 400

contos, a diferença do imposto profissional já descontado aos trabalhadores que também não tinha sido paga. Havia também a Caixa de Previdência que desde Maio de 1974 não era pago e montava a 1400 contos. O Fundo de Desemprego da para 200 contos (não era pago desde Maio de 1974). Havia o imposto de Turismo, imposto de Socorro Social. Havia também a pagar a fornecedores cerca de 4000 contos. Letras aceites montavam a 2500 contos. O montante de dívidas é dum volume extraordinário. Para além disso uma agência de viagens tinha uma dívida para conosco no valor de 1500 contos, agência essa pertença do sr. Levy. Portanto nós considerávamos que esta dívida era uma das manobras que justificavam a fuga ilícita de capitais.

OMB. — Quando é que tiveram conhecimento da existência de todas essas dívidas?

TRAB. B — Nós sabíamos que a dificuldade de manutenção da Aldeia do Mar, foi desde o início. Os pagamentos sempre foram com certo atraso e mesmo a parte administrativa via-se em dificuldades na medida em que precisava de roupas e não tinha. Enfim, uma série de coisas que se iam verificando. E à medida que nos fomos apercebendo da gravidade da coisa, falando uns com os outros com as pessoas mais ligadas

com a direcção iam verificando o montante dessas anomalias.

COMB. — A falta de pagamento completo dos ordenados verificou-se desde que começaram a trabalhar naquela empresa, ou só há pouco tempo?

TRAB. B — A falta de pagamento de ordenados verificou-se, digamos, nos últimos meses. Especialmente no mês de Fevereiro, em que não houve dinheiro para pagar a totalidade dos salários. No entanto, desde há bastantes meses que esse salário se vinha a efectuar com certo atraso, atraso esse que vinha causando inconvenientes aos trabalhadores. Mas como eu dizia nós achámos que essa dívida que o Clube Algarve tinha para conosco prestava-se à fuga ilícita de capitais. Porquê? Porque a coisa funcionava neste sistema: A Clubalgarve é representante das agências na Suíça que pertencem ao sr. Levy que angariava clientes e enviava para o Algarve. Nós dávamos hospedagem e comida e facturávamos à Clubalgarve. Portanto eles recebiam o dinheiro na Suíça e não mandavam para nós. Por conseguinte é uma fuga ilícita de capitais. Não fuga porque ele não chega a entrar, mas é, digamos, uma transacção ilícita, não é? Porque é recebida lá e não é enviado para Portugal.

SEGUE NAS CENTRAIS

### NESTE NÚMERO:

Vimieiro (ocupação de terras)

PAG. 2

Liceu de Torres Vedras contra a organização do 3.º período

CENTRAIS

Sousa Abreu em autogestão

PAG. 6

Caderno reivindicativo EFACEL-INEL

CENTRAIS

Lutas urbanas: Massarelos e Lisboa

ÚLTIMA PAGINA





## I — O TRABALHO ASSALARIADO

Podemos começar por caracterizar esta violência sob a qual repousa a ordem dita democrática ao nível da produção. Pouco importa, diga-se desde já, que agora o Estado ande a substituir-se nos padrões através das nacionalizações e de outras medidas que tais. A violência do trabalho assalariado é a mesma. A situação daqueles que têm de fazer de si próprios mercadorias para sobreviver permanece idêntica, venha a opressão do Estado dos patrões ou dos patrões do Estado-patrão. Com efeito, o modo de produção capitalista, sobretudo na sua fase actual, caracteriza-se por ser uma subordinação forçada dos trabalhadores às máquinas de produzir mercadorias. A força viva do trabalho vivo, a força da vida do trabalhador é posta ao serviço da economia do Capital: vivemos para produzir em vez de produzirmos para viver. Esta realidade expressa-se de uma forma quase — instintiva em frases correntes como estas: «Gostas do teu trabalho? — Se gostasse, deixava de ser trabalho», ou «trabalhar mais é viver menos» e assim sucessivamente. A violência do trabalho assalariado é esta: para sobreviver, é necessário trabalhar por conta alheia e renunciar a viver livremente. O contrato pelo qual o trabalhador ajusta com o patrão ou com o Estado o preço do seu dia é uma máscara que esconde e contém a realidade da produção capitalista como trabalho forçado.

Forçado, este trabalho é-o também em todos os seus aspectos concretos e quotidianos: é a máquina que impõe a cadência ao trabalhador, é ele que serve a máquina e é a máquina (ou de uma maneira geral os instrumentos de trabalho) que o consome. A ferramenta, que podia ser uma pedra mal trabalhada ainda, passa por ser, quando é inventada, um prolongamento da mão dos homens produtores. Mas na situação de assalariados são os produtores que se tornam prolongamentos da ferramenta e seus servidores.

## II — A MISÉRIA DO DIA A DIA

Houve um tempo em que os operários escreviam nas paredes da fábrica: «Aqui acaba a liberdade». Hoje, já não é frequente vermos estas inscrições e dizem-nos que muita coisa se transformou dentro das empresas. Mas se isto é verdade, também é cada vez mais difícil distinguir onde é que o regime da fábrica acaba. Com efeito, a ordem da empresa reina em toda a sociedade. É imposta pela violência organizada a toda a sociedade. Fora da fábrica, a violência do Capital aparece-nos por toda a parte e se já a não sabemos ver bem é porque estamos a habituá-nos a ela e a comer de tudo o que nos dão. Está nos transportes, nas horas inúteis nas bichas do autocarro e da camioneta, no espaço que vai entre a casa, o trabalho, a escola dos putos, o sítio onde moram os amigos. Está na casa onde vivemos, paga ao centímetro quadrado, construída não pelo trabalhador para o trabalhador, mas pelo trabalhador para o Capital. Está nas cidades feitas para os automóveis e para o transporte deste gado assalariado, a que estamos mais presos que um cão à sua trela ou uma mula com os olhos tapados à sua nora. Está nos estabelecimentos de bens de consumo que são tudo o que nos deixam em troca do trabalho, que têm sempre infinitamente mais do que podemos comprar por mais que nos vendamos na empresa, de onde trazemos quase sempre infinitamente menos do que precisamos, e que, pior ainda, são, como está escrito acima, tudo o que nos deixam como justificação de tudo a que nos forçam. Porque mesmo quando já, alguma vez, nos sobra algum, para que nos serve ele senão para o gastarmos em coisas que se gastam depressa e para pouco servem ou para nada? E esta é outra violência inseparável do trabalho assalariado: produzir mais coisas do que as necessárias de alguns tipos, menos do que as que são necessárias de outros tipos, fazendo que mesmo o trabalhador que ganhe um pouco melhor (ou que num país em que o nível de vida é mais elevado) continue a trabalhar sempre da mesma maneira, contra si próprio, para poder comprar algumas inutilidades mais.

A violência está também na escola primária, nas técnicas e profissionais, nos liceus. Está na televisão, na rádio e nos jornais com que decidem daquilo que podemos saber, que podemos pensar, que podemos escolher. Está na imbecilidade dos chamados divertimentos dos chamados tempos livres em que procuramos atordoar-nos (uns com vinho, outros com filmes feitos a metro, etc.) depois de o trabalho nos ter rebentado e não nos deixar nem cabeça nem corpo para mais do que para fugirmos a pensar que no outro dia vai ser igual e assim até à morte, ou incapazes de fazer mais do que ver as patranhas que outros fizeram e onde nos mostram heróis a cavalo ou de barco enquanto nós estamos é mal sentados e com falta de espaço a deixar correr a televisão e a vida.

Tudo isto é muito mais decorre do trabalho assalariado, repete a ordem que reina na empresa. Mas não se fica por aí. Não reflecte apenas nos tempos ditos livres o que acontece no trabalho. Organiza esses tempos livres (que sobram dos transportes, das compras do dia, do trabalho da casa, etc.) de modo a que sejamos todos «bons trabalhadores» e bons cidadãos — isto é, de modo a que continuemos a aceitar o mesmo todos os dias, a convencermos-nos de que assim é que é bom, e que se não é bom, pelo menos não podemos (não sabemos) mudar.

## III — POLÍCIA E EXÉRCITO: MONOPÓLIOS DA VIOLENCIA

Tal como os monopólios dos grandes capitalistas ou o monopólio do Estado tornado patrão universal são monopólios do capital, assim a polícia e o exército são os monopólios da violência. São os grandes garantes da tão falada ordem pública ou mesmo «democrática» de que os governantes e patrões não podem prescindir. Com efeito, quando apesar de tudo o que resumimos nos pontos anteriores, a malta se revolta ou decide fazer o seu próprio jogo (colectiva ou individualmente), essas duas instituições aparecem-nos pela frente para restaurar a «Ordem», com o seu arsenal de matracas, metralhadoras, cães de fila, prisões, tribunais e outros ajudantes.

Tudo o Estado é o estado de uma classe, com a sua polícia e o seu exército profissional. Estado de uma classe que administra, governa e

planifica o trabalho dos outros — os trabalhadores — e que vive disso mesmo, perpetuando o seu poder. Simplesmente, agora em Portugal querem convencer-nos de que especialmente o exército defende os trabalhadores e o povo em geral. Que se transformou de arma do Capital em arma anticapitalista. E que, portanto, uma vez que esse exército defende os trabalhadores e nomeia governos que governam a favor dos trabalhadores, é justo que ele conserve o seu poder e os trabalhadores só têm a agradecer-lho. Mas o que é isso de governar a favor dos trabalhadores? Não há governo a favor dos trabalhadores a não ser quando forem os trabalhadores a governar tudo o que lhes diz respeito, acabando com as classes que vivem de governar o seu trabalho. Por isso, também um exército que tem o monopólio das armas, o monopólio dos meios de violência mais não pode representar senão o facto de os trabalhadores estarem desarmados e dependentes. Assim, os militares que dizem governar a favor dos trabalhadores monopolizam não só as armas — o Estado tem o monopólio legal da violência — como a dita defesa dos interesses dos trabalhadores. Isto é: eles é que pretendem saber quais são os interesses da malta e se a malta achar que tem interesses diferentes daqueles que eles nos dão, as armas lá estão para defender os «interesses dos trabalhadores» eventualmente contra os próprios trabalhadores. Isto não quer dizer que não haja militares sinceramente anticapitalistas no exército português. Quer dizer é que as armas só podem defender os trabalhadores quando estão nas suas mãos. Tal como nenhum partido pode exercer o poder pelos trabalhadores sem lhes tirar esse poder que vai exercer sobre eles em seu nome, substituindo os antigos patrões e políticos, nenhum «exército popular», desses que as organizações da extrema esquerda opõem ao MFA, pode equivaler ao armamento geral dos trabalhadores civis. Um exército regular e profissional, composto por militares profissionais é sempre uma ameaça para o povo. Por outro lado, também não é negando em meia dúzia de trabalhadores e fazendo deles soldados que o problema se resolve. Numa democracia operária, numa sociedade em que o poder seja dos trabalhadores ninguém é soldado a tempo inteiro — todos os trabalhadores têm igual acesso às armas, estão igualmente armados nas suas empresas e nos seus bairros de residência.

Mas é evidente que esta transição não se faz por um decreto, nem aparece um belo dia acabada. É um processo que começa desde já, que já começou e que, das duas uma, ou é levado até ao fim, ou representará o esmagamento de toda a democracia entre os trabalhadores.

## IV — A VIOLENCIA REVOLUCIONÁRIA

No 28 de Setembro e no 11 de Março, depois das grandes mobilizações populares de rua, diversas organizações «operárias» não se cansaram de repetir que os trabalhadores de mãos nuas «tinham esmagado a reacção». Estas enormidades têm que ser desmentidas. Se o Spínola e os outros falharam os seus golpes foi porque o MFA, com os seus meios militares, se lhes opôs e liquidou. Os trabalhadores continuaram desarmados como estavam, não esmagaram coisa alguma nenhuma e não foi o seu poder, mas o poder do MFA, o que se consolidou depois desses golpes falhados.

No entanto, houve, dispersos, alguns exemplos de violência revolucionária, que não devem ser tidos como «receitas» mas que, de qualquer modo, apontam no caminho que nos parece correcto. Assim, em Setúbal e no Barreiro as massas organizaram-se autonomamente e substituíram-se às forças policiais no garantir da segurança local. Noutros pontos, os operários trouxeram para o meio da estrada materiais pesados, improvisados em armas e barreiras, assegurando o controle local da situação. Mas estes exemplos foram efémeros. Com o esmagamento dos golpes da direita, esta auto-organização desarmou por si própria e a «ordem democrática» — isto é, garantida pela polícia e pelo exército — voltou a instalar-se mais ou menos rapidamente. Ora, se o comunismo se faz todos os dias e não é uma noite de luta final e definitiva, o ponto bate em que estas e outras formas de auto-organização devem ser tão quotidianas na sua luta contra o capital como quotidiana é a subordinação ao Capital de toda a nossa vida (conforme vimos no início deste editorial). O comunismo é o poder dos trabalhadores, a gestão colectiva da produção, a subordinação da economia à actividade (e repouso) dos produtores em vez da subordinação da actividade, da vida dos produtores à economia. O comunismo, portanto, cresce não nas grandes datas oficiais mas na vida de todos os dias, à medida que os trabalhadores auto-organizam as suas lutas, os seus tempos livres, a sua actividade quotidiana, por meio de formas de cooperação igualitária e democrática. O poder dos trabalhadores, que se não confunde com o poder que partidos militares ou civis (ou ambos misturados) pretendem exercer em seu nome (e disputam ferozmente, como está há vista nas querelas partidárias do país), esse poder passa pelo seu armamento generalizado enquanto trabalhadores, ao nível dos seus locais de produção e residência. Passa, portanto, pelo estreitamento das suas relações com as comissões e conselhos de soldados dos quartéis. Passa pela resistência violenta à violência dos opressores antigos ou novos. Passa — tem passado — pelos desvios de stocks das fábricas que se encontram em autogestão e correram com os patrões; pelas ocupações de terras pelos camponeses, de caçadeira aperrada; pelas greves selvagens (ou não) democraticamente geridas pela base que as fazem; pela substituição de uma sociedade organizada de cima para baixo pela força de um grupo de classe e uma sociedade organizada, autogerida pelos seus produtores, sem exército, sem polícia, e sem Estado.

Conta-se que um revolucionário francês, Duval, disparou sobre um polícia que lhe dizia: «Prendo-o, em nome da Lei», respondendo: «E eu suprimo-o em nome da Liberdade». Toda a resposta violenta à violência da opressão de um Estado policial e militarista é evidentemente legítima defesa. No entanto, cabe ao conjunto dos que lutam contra o salarizado e pelo comunismo decidir e construir as formas em que esta resposta tenha um máximo de eficácia e possibilidades de vencer. E sobre isso é claro que só concretamente, no tempo e no espaço, podem os concretamente empenhados na luta ajuizar e decidir.



# LEON LEVY:

Portanto achámos conveniente em face de tudo isso, contactarmos os nossos colegas do mesmo grupo, Vila Lara, e verificámos que eles tinham os mesmos problemas...

COMB. — A ocupação da sede em Lisboa é uma aspiração comum a todas as pessoas que trabalham nas várias empresas e cujo administrador, no fundo, é o mesmo — Leon Levy.

TRAB. B — Evidentemente. A aspiração é comum na medida em que todos temos os mesmos problemas. Tanto nós, Vila Lara, como o Hotel Algarve...

O GRUPO: — FINALGARVE — Sociedade de Promoção Imobiliária Turística, S.A.R.L. (Capital social: Esc. 50 000 000\$00). — PRAIA LONGA — Sociedade de Empreendimentos Turísticos e Imobiliários, S.A. R. L. (Capital social: Esc. 50 000 000\$00).

# 615 EMPREGADOS, 700 MIL CONTOS DE DÍVIDAS AO PAÍS

(Cont. da 1.ª página)

frases para Portugal que ofendem as pessoas e o país no seu todo com 4, 5, 6, ou 7 empresas a funcionar mal, consegue no seu todo pedir aos portugueses...

maioria em lotes que foram aceites e que jamais poderiam ser pagas, pelo menos não poderiam ser pagas no sistema em que o sr. Levy trabalhava.

que se levantar primeiro a hipoteca. Mas além da hipoteca levantada, ainda tem que se pagar ao construtor. Eu não sei até, depois de apanhar o principio da medida, se estes 600 000 contos não parecerão ridículos.

BATE mantinha a sua ideologia, ocupando a linha de frente, fazendo eco da nossa luta e naturalmente combatendo como agora e sempre ao nosso lado.



grupo sempre pretendiam e trabalhariam activamente para que todas as empresas trabalhassem da maneira mais funcional possível, mantendo-se abertas...

COMB. — Ponde le lado a hipótese da nacionalização da empresa e uma ajuda do governo, qual é a possibilidade que vem para o pagamento dos salários?

TRAB. B — Nós vimos outra hipótese mas de qualquer forma nunca será viável sem o apoio do governo.

COMB. — Ainda há pouco um dos vócs falou em intervenção do Estado. Gostaria de saber concretamente, o que é que pensam acerca disso, que tipo de intervenção?

TRAB. C — Deve ser feita uma análise concreta para desmontar toda esta manobra fraudulenta. Em segundo lugar garantir o direito ao trabalho.

TRAB. B — Quanto à forma de uma possível intervenção estatal, é um bocado difícil diz-la. O governo tanto pode declarar falência do sr. Levy.

## PROJECTO CADERNO REINDICATIVO

### 1 — PARA UNIR A CLASSE OPERARIA

a) TABELA SALARIAL (Redução do leque salarial) OPERARIOS: Encarregado 11 000\$; Chefe de equipa 10 500\$; Oficial 10 000\$; Pré-oficial 9 500\$; Ajudante 8 500\$; Aprendiz 7 500\$

### b) DURAÇÃO DE CATEGORIAS

Todos os aprendizes, ajudantes e pré-oficiais, após um ano de permanência numa destas categorias, passarão imediatamente a categoria seguinte a partir da data e da sua categoria aquando da sua admissão na empresa.

### c) REINDICACÕES DOS OUTROS SETORES PROFISIONAIS

Os outros sectores profissionais em reunião com a CDDT, estabelecerão as reivindicações salariais dentro dos valores 7500\$ a 11 000\$, acima do qual não poderá haver qualquer aumento.

### d) DIREITOS ADQUIRIDOS

Esta tabela não implica a perda de direitos já adquiridos.

### e) PROIBICAO DE AUMENTOS INDIVIDUAIS

A partir dessa data são proibidos os aumentos individuais, ou por sectores; quaisquer prémios, surdas ou gratificações e é abolida a isenção de horário.

### f) SUBSIDIO DE DESLOCAÇÃO

Exigem-se condições de deslocação iguais para todo, com subsídio de deslocação igual para todos, em valor absoluto, e correspondente a 25 % do vencimento estabelecido para encarregado, sem prejuizo de regalias já adquiridas.

### g) ESCALA PARA O PESSOAL DO INACTIVO

Exige-se a existência duma escala de inactivos, por categorias,

possibilidade de troca com o acordo dos interessados. profissionais, para efeitos de mudança de obra. Esta escala tem

### h) MAPA DE FERIADOS

Exige-se a existência dum mapa de feriados único, para todos os trabalhadores da empresa. Esse mapa contém todos os feriados oficiais e os habitualmente concedidos pela empresa.

Exige-se, ainda, o feriado de 18 de Janeiro (Soviete da Marinha Grande), em vez dos feriados profissionais.

### i) METALURGICO DE 1974

Pagamento do dia do electricista e do metalúrgico, aos profissionais que o gozaram e o seu direito aos operários que o não gozaram.

### j) FERIAS DE OBRA

Exige-se que as férias de obra sejam dois dias (sexta e segunda-feira), de 15 em 15 dias.

### k) TRABALHO EFECTIVO

Todos os trabalhadores são admitidos como efectivos e é proibido qualquer despedimento conforme já anteriormente imposto à administração pelos trabalhadores.

### l) ADMISSAO DE SERVENTES

Como serventes só podem ser admitidos indivíduos com idade superior a dezoito anos.

Em relação a todas estas reivindicações, a administração deve pô-las em prática até ao dia ( ) após o que, caso tal se não verifique a CDDT marcará um plenário para se analisar a situação e decidir medidas a tomar.

### 2 — REDUÇAO DE HORARIO DE TRABALHO

Como uma das mais profundas aspirações da classe operária, que tem motivado as suas mais gloriosas lutas, impõe-se a partir de hoje, 1 / 75, a semana de 40 horas, sem prejuizo de horários inferiores já praticados.

### 3 — SANEAMENTO

Decide-se tomar nas nossas mãos o saneamento de todos os anti-operários, sendo as decisões de plénários postas imediatamente em prática.

Jornal da greve 50 (Suspensa) dos trabalhadores da EFACEC/INEL Lisboa 31-3-75

ticipa activamente na discussão e na elaboração do jornal III

## Caderno Reivindicativo é um meio de forçar a luta da classe contra todas as formas de exploração

O caderno reivindicativo reflecta as aspirações espontâneas dos trabalhadores e enquadra na perspectiva de ser um instrumento de luta...

1. As "Nacionalizações" são uma forma que a burguesia usa para manter o poder...

2. A situação política actual caracterizada por uma disputa entre as duas superpotências para conquistar o aparelho de estado...

3. A tarefa histórica do proletariado é lutar pela sua emancipação. É através das lutas que o proletariado se organiza...

### 4 — LIGAÇÕES COM OUTRAS EMPRESAS

A CDDT em colaboração com outras organizações operárias e de trabalhadores estudará formas de acção, tal como o fez para a manifestação de 7 de Fevereiro...

a) o desarmamento da GNR e da PSP e a sua dissolução assim como a efectiva extinção da PIDE/DGS;

## POR UM SINDICATO DE CLASSE

Proposta de ponto prévio à assembleia geral do sector da construção civil e de obras públicas de 15 de Abril

Os operários da EFACEC/INEL (Sul) sabem por experiência própria, que nas suas lutas mais duras, a pequena burguesia, isto é, os técnicos...

1. Que o presente projecto seja discutido separadamente pela classe operária (electricistas, pedreiros, carpinteiros, metalúrgicos) por um lado...

2. A aprovação do ponto 1 implicará que esta reunião só prosseguirá ou com operários ou com a pequena burguesia.

15 de Abril de 1975

# VIMIEIRO

(Conclusão da pag. 2)

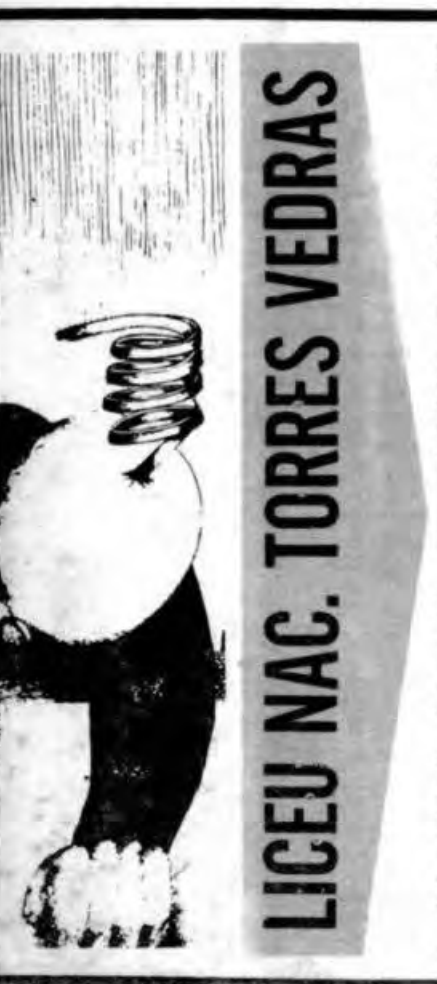
ULTIMA HORA: Como ao grupo inicial se juntaram mais umas dezenas de assalariados, toda a propriedade já se encontra ocupada, incluindo zona de futuro regadio.

1.º TRAB. — Diz tu homem, diz alguma coisa. OUTRO — Então o que hei-de dizer. A gente tomou a terra, agora vamos trabalhar para a gente. Cooperativa? Pois claro, vamos fazer uma cooperativa.

Porque quando a gente trabalha para nós e para o benefício do país, a gente pode trabalhar de noite e de dia, a gente não se cansa, e lá tem o Domingo para descansar.

rativa, no caso de chegar a cooperativa, esta sociedade que nós estamos agora a formar? OUTRO — Pois estou. Bom ele não falou bem a respeito disso comigo.

OUTRO — Sei, é para benefício de todos, para deixar de ser criado. 1.º TRAB. — A gente na lavoura não precisa de ser mandados. Todos os trabalhadores que trabalham na terra sabem o que é que andam a fazer...



LICEU NAC. TORRES VEDRAS

Proposta aprovada por unanimidade pelo corpo docente deste Liceu. Considerando: 1. A ausência total de um plano estruturado de reforma global da educação, a propor pelo MEC as bases (corpo docente, discente, auxiliar e administrativo) e a executar no mais curto prazo de tempo;

sos provisórios e eventuais — numa atitude divisionista — a acusação de uma «sem sempre sólida formação pedagógica» (o que é verdade), mas sem que, por outro lado, tome qualquer medida para obviar a isso (através, por ex: da criação de cursos intensivos e em ensino p/preparação desses agentes de ensino) e fornecendo-lhes ainda os textos de apoio para os novos programas tarde e a péssimas horas;



# SOUSA ABREU

## 2. OS TRABALHADORES E A LEI

(Cont. do número anterior)

COMB. — Gostava também que falasse no sindicato: O que é que o Sindicato tem apoiado? Como é que tem apoiado? O que pensam do sindicato?

A — Bom, o sindicato de princípio também proctrou ajudar-nos, realmente. Fez logo aquela primeira reunião que teve na Câmara Municipal é claro, expôs a nossa situação. Expôs a nossa situação e, nessa mesma reunião, foi que arranjam estes 3520500. Expôs que nós estávamos desempregados e que iam começar a trabalhar, que estavam na disposição de começar a trabalhar e que precisávamos de ajuda. Claro, as pessoas que quisessem contribuir que formassem uma campanha de solidariedade para nos ajudar na compra de matéria prima. Ora, essa campanha, realmente ali, começou logo a surtir efeito visto que, é claro, uns começaram logo a dar 20500, outros 50500, outros 10500 é claro, então arranjam ali logo 3520500. Outra empresa, como seja, a Empresa de Malhas e a fábrica de Vila Pouca e a Textil Manuel Gonçalves. Isso foi uma campanha derivada a esta campanha que o sindicato fez também, na altura, não é!

Começaram depois a formar-se comissões em algumas fábricas. Infelizmente não foram muitas porque, aqui em Guimarães, há muitas fábricas têxteis e a maior parte delas não contribuiu. Não contribuíram naquela altura mas pode ser que contribuam noutra.

De maneira que o sindicato, depois de al, claro, qualquer coisa que a gente precise vai lá, tirar uma opinião e, é claro, eles até já têm feito esses pautões — têm sido feitos até por intermédio deles — Até tem sido o sindicato que tem pago.

Só não fiquei muito satisfeito com o sindicato na altura em que estava para haver a reunião de credores. Eu, insisto com o sindicato, insisto com o advogado do Sindicato — Dr. Gonçalves — que era preciso nós fazermos um processo como credores, para podermos assistir às reuniões com os credores: O advogado do Sindicato disse que não era preciso visto que automaticamente éramos credores. Eu então disse: «Senhor Doutor, o senhor parece que está a querer cruzar os braços, e não podemos fazer isso. Nós temos que ir para a frente, porque senão, se cruzamos os braços, então é que estamos perdidos». E ele então disse: «Mas ele não tem dinheiro para nos pagar». Digo eu assim: «Não tem dinheiro para nos pagar, também não tem para os outros credores. No entanto, os outros credores apresentaram a relação das dívidas. Ora se ele não nos pagou a nós, nós também temos que apresentar os nossos direitos para que ele nos pague, não é?»

Então sempre com dificuldades, porque primeiro era o Estado que tinha a receber, depois eram as finanças, depois era a Câmara e depois em quarto lugar seríamos nós. De maneira que ele então disse: «Bom, não é preciso fazer processo porque vocês são credores. Vocês têm direito a ir às reuniões».

No dia da reunião, no dia 4, de Dezembro, fui lá e mais uma outra operária, que faz parte da comissão, começaram a chamar pelos credores e esperai a ver se podíamos entrar, e depois, o escritório que estava a fazer a chamada, eu disse-lhe: «Senhor Dias Pereira nós somos operários da fábrica, represento os trabalhadores da Sousa Abreu, por isso também tenho direito de entrar visto que nós também somos credores!» E ele então disse: «Não, vo-

cês não estão cá na relação, não podem entrar». Nessa altura apareceu lá o chefe de serviço da Secretaria do Sindicato Têxtil a falar com o Sr. Dias Pereira que lhe disse que nós não podíamos entrar, e assim e assado. Ora, é claro, entendi arrastar-me logo para baixo, para o Sindicato. Na própria secretaria ele disse-me: «Senhor Ribeiro, vocês não podem entrar, está lá em baixo o Presidente do Sindicato, venha lá e entenda-se com eles». Está claro, fiquei logo aborrecido, disse-lhe logo ali algumas assim à pressa, porque claro estava excitado visto que eu convinha-me entrar dentro do tribunal para expor...

Então depois vim para baixo com o Sr. Martins, que é o chefe de Secretaria do Sindicato, e disse-lhe: «Sr. Martins, mais de uma vez disse ao Sr. Martins, disse ao Sr. Presidente, ainda não estavam à altura de poder elucidar os credores daquilo que estava aqui a processar-se, como se tinha processado... Eu é que não podia verdadeiramente ir lá, que é que estava mais ou menos dentro do assunto para poder esclarecer tudo tal qual era. Como a mim não me foi possível entrar, tinha de ir ao sindicato para o sindicato vir para aqui, para a fábrica. Depois então, acabada a reunião, veio cá o administrador de falências com os dois rapazes que tinha estado lá no tribunal. O administrador de falências então disse-me que já tinha ordens para selar a fábrica. Eu então disse, senhor doutor, veja nas que se vai meter, porquanto o senhor não vai ser bem recebido na atitude que vai tomar». Ele então disse, «não me diga que se eu vier aqui para selar a fábrica, que então sou mal recebidos». «Senhor doutor, é porque é mesmo, nós enquanto não recebermos as indemnizações não vamos para a rua! O senhor doutor pensa que nós andámos a trabalhar assim às cegas? Não andámos! aqui sabemos perfeitamente, em Guimarães, que os advogados, o sindicato e tudo, está tudo contra nós! mas, no entanto, nós temos advogados fora daqui, que nos dizem como nós devemos de trabalhar, como nós devemos de fazer e é dessa maneira que nós estamos a trabalhar, não pela orientação dos advogados daqui de Guimarães». Ai ele ficou exaltado e começou logo a falar palavras, vá lá, um bocadinho... começou logo carvalhos, carvalhos e castanheiras. E eu é claro, ao toque de uma palavra, comeci a responder à letra. Eu dizia, «senhor doutor, veja nas que vai meter. No entanto, digo-lhe que se vier cá para selar a fábrica, que não consentimos! Claro, o homem tremeu logo, tremeu logo e disse: «eu hoje vinha cá com essa ideia mas então uma vez que é assim, prontos então continuam a trabalhar». E eu continuei a trabalhar. «Então é amanhã» (que era na quinta-feira); depois, conversava-se lá fora, é na sexta, sexta-feira é o último dia de trabalho na Sousa Abreu. Ainda não foi na sexta. Depois passou a segunda-feira. Então depois na terça-feira vieram cá; vieram cá dois funcionários do tribunal, um continuo também do tribunal, dois polícias e o administrador de falências. Chegaram aí, e então mandaram-me chamar e perguntaram, «o senhor é que é o chefe do pessoal? Eu disse, sou sim. «Então mande pôr o pessoal na rua para nós começarmos a trabalhar». Eu disse-lhe então «nem ponho o pessoal na rua, nem vou!» Então começou a haver aquela troca de palavras: «o senhor veja como está a falar» e assim e assado, «porque nós trazemos ordens», e

Agora venha ao Sindicato que está lá o Sr. Presidente, e entenda-se com ele.

Víamos para o Sindicato e, é claro, eu estava exaltado, cheguei lá e disse-lhe também algumas palavras, vá lá, não o tratava mal mas... mas é claro, eu não estava satisfeito com o Sindicato:

— «Eu tinha dito ao Sr. Presidente, tenha paciência mas eu vim aqui mais do que uma vez, para nós fazermos o processo como credores. Nós tínhamos que entrar na relação de credores, visto que, é claro, ele não nos pagou o nosso direito.

— «Mas o advogado é que tratou disso.»

— Pois é, foi o advogado que tratou disso, mas eu estive na segunda feira com ele, e insisti com ele, e ele nada fez. E preciso ver se o Sindicato nos está a ajudar ou se está contra nós. Se está a ajudar-nos tem que nos ajudar. Se não nos ajuda é contra nós.

Ele até ficou «fodido». «Pois é, eu também já notei que o advogado é realmente mole, sabe? «A gente quer outro advogado, nem os encontra. Ninguém quer trabalhar para o Sindicato», e assim e assado. E ele até disse: «Bom, arranje uma forquete e tira-se de lá tudo». Eu então disse: «Não é preciso, o que havia de retirar, já retirei. O senhor disse-me há coisa de mês e meio que ia arranjar uma casa para guardar a mercadoria, no entanto, até à data não resolveu nada. Mas eu já resolvi e o que tinha a fazer já fiz».

De maneira que ficou assim o assunto. Ficamos até um bocadinho aborrecidos com o Sindicato e, está claro, ele na altura disse: «Traga já a obra para aqui e assim e assado... E eu disse: «Não para aqui não quero que tragam nada. É claro que sabendo que a obra ia para o Sindicato, é claro que eles iam lá buscá-la. De maneira que o caso tinha que ser resolvido de maneira.

COMB. — O Sindicato nunca veio cá à fábrica fazer nenhuma reunião com os operários da fábrica, discutir os assuntos? Nunca cá veio nenhum dos delegados, ou mesmo pedir infor-

mações, ou como isto está, acompanhar isto mais de perto?

A — Bom, o sindicato após aquela reunião que tivemos para por isto a trabalhar, verdadeiramente nunca mais tivemos assim grandes... só quando veio cá o advogado do patrio para fazermos o inventário, na altura que era para fazer o inventário... em antes de começarmos a trabalhar é que ele esteve aqui, o presidente... nem foi o presidente foi o secretário e mais dois elementos da direcção. Depois claro, começámos a trabalhar, se chegou a fazer verdadeiramente... nós fizemos depois só para nós. Fizemos para nós visto que na altura estava a ser feito com uma sala da chefe aqui da mesa que ainda estava dentro do... comprometida, mas depois como se foi embora, sem estar ninguém do lado do patrio; nós fizemos realmente o inventário.

COMB. — Eu queria falar também de outro assunto, sobre o...

A — Depois da reunião de credores, na altura não nos deixaram entrar nós, mas dois operários daqui não trabalharam de tarde com a ideia de ir ouvir aquilo que se passava no tribunal. Ora, a nós não nos deixaram entrar, mas depois de chegar o doutor juiz, depois consentiu que eles entrassem para dentro. Mas esses operários não estavam à altura de poder elucidar os credores daquilo que estava aqui a processar-se, como se tinha processado... Eu é que não podia verdadeiramente ir lá, que é que estava mais ou menos dentro do assunto para poder esclarecer tudo tal qual era. Como a mim não me foi possível entrar, tinha de ir ao sindicato para o sindicato vir para aqui, para a fábrica. Depois então, acabada a reunião, veio cá o administrador de falências com os dois rapazes que tinha estado lá no tribunal. O administrador de falências então disse-me que já tinha ordens para selar a fábrica. Eu então disse, senhor doutor, veja nas que se vai meter, porquanto o senhor não vai ser bem recebido na atitude que vai tomar». Ele então disse, «não me diga que se eu vier aqui para selar a fábrica, que então sou mal recebidos». «Senhor doutor, é porque é mesmo, nós enquanto não recebermos as indemnizações não vamos para a rua! O senhor doutor pensa que nós andámos a trabalhar assim às cegas? Não andámos! aqui sabemos perfeitamente, em Guimarães, que os advogados, o sindicato e tudo, está tudo contra nós! mas, no entanto, nós temos advogados fora daqui, que nos dizem como nós devemos de trabalhar, como nós devemos de fazer e é dessa maneira que nós estamos a trabalhar, não pela orientação dos advogados daqui de Guimarães». Ai ele ficou exaltado e começou logo a falar palavras, vá lá, um bocadinho... começou logo carvalhos, carvalhos e castanheiras. E eu é claro, ao toque de uma palavra, comeci a responder à letra. Eu dizia, «senhor doutor, veja nas que vai meter. No entanto, digo-lhe que se vier cá para selar a fábrica, que não consentimos! Claro, o homem tremeu logo, tremeu logo e disse: «eu hoje vinha cá com essa ideia mas então uma vez que é assim, prontos então continuam a trabalhar». E eu continuei a trabalhar. «Então é amanhã» (que era na quinta-feira); depois, conversava-se lá fora, é na sexta, sexta-feira é o último dia de trabalho na Sousa Abreu. Ainda não foi na sexta. Depois passou a segunda-feira. Então depois na terça-feira vieram cá; vieram cá dois funcionários do tribunal, um continuo também do tribunal, dois polícias e o administrador de falências. Chegaram aí, e então mandaram-me chamar e perguntaram, «o senhor é que é o chefe do pessoal? Eu disse, sou sim. «Então mande pôr o pessoal na rua para nós começarmos a trabalhar». Eu disse-lhe então «nem ponho o pessoal na rua, nem vou!» Então começou a haver aquela troca de palavras: «o senhor veja como está a falar» e assim e assado, «porque nós trazemos ordens», e

assim e assado. Então os guardas começaram a dizer, «os senhores vejam, e tal, são ordens do tribunal, os senhores têm que aceitar ordens». — «Não se venham armar os senhores, porquanto ainda na quarta-feira esteve cá o vosso chefe e o vosso comandante, eu expus as nossas razões tal qual elas eram e eles disseram perfeitamente o seguinte: que eram a autoridade, que estavam para manter a ordem, ao lado do pa-

### E, NÃO DEIXAMOS FECHAR A FABRICA

trão ou ao lado do operário, não é, para manter a ordem, mas se estivessem na nossa situação fariam o mesmo que nós estamos a fazer; por isso, entendo com essas palavras que não eram contra nós, que sentiram realmente que nós estamos dentro da razão para fazermos aquilo que estamos a fazer. Por isso nós só vamos para a rua desde que nos paguem os nossos direitos. Que nos paguem os nossos direitos e então nós vamos para a rua, de outra maneira não vamos». E digo assim, «até porque o senhor presidente do sindicato foi as ordens que nos deu, não deixem selar a fábrica, mantenham-se firmes dentro da fábrica. Até porque, uma vez que é assim, eu vou já telefonar para ele, para saber o que é que ele diz». Telefoni então para o sindicato e ele disse: «nós tenham medo, não deixem fechar e digam a esses senhores do tribunal que eu estou já a apertar redondamente com o advogado para adiar o encerramento. E isso que eu tenho a dizer aos senhores, que a fábrica não é encerrada, que não consentimos o encerramento da fábrica». Então eles disseram, «bem, então uma vez que é assim, vamos lavar um auto, vamos lavar um auto... Pediram para vir cá dentro, para escrever à máquina e lavar o auto. Lavaram o auto nestas condições: aos dias tantos de tal, como é aquela coisa, na presença de A, B, C e D e estando presente pelos operários o chefe do serviço de pessoal, fulano de tal (que era eu) este declarou não consentir no encerramento da fábrica. Então disse, «eu, não! eu e o resto do pessoal, e de harmonia com as instruções recebidas do senhor presidente do sindicato têxtil. Portanto fica, fulano de tal... e depois de instruções recebidas do senhor presidente do sindicato que diz andar a tratar com o advogado no adiamento do encerramento da fábrica, não consentiram o encerramento; lavrado o presente auto tantos de tal...». De maneira que foram embora. Foram embora e depois então na semana seguinte, isto foi numa terceira feira e na semana seguinte então, o senhor presidente do sindicato veio cá e disse-nos que nós tínhamos realmente de concordar com que o tribunal viesse aqui fazer o inventário, e não sei que mais. Depois o sindicato fez uma relação em que os operários da Sousa Abreu, fulano, fulano, fulano, fulano, assinamos todos, que estavam todos de acordo com que se fizesse um inventário e que quando isto fosse vendido, que também estavam dispostos a abandonar as instalações visto que a lei determinava assim, que tínhamos realmente de aceitar. Eu disse, «está bem, de acordo que nós aceitamos fazer o inventário, mas de após o inventário feito continuamos a trabalhar! De outra maneira não concordamos!» De maneira que então assinamos o documento esse documento foi para o sindicato, para depois também o sindicato lavar uma acta como se comprometia com os operários a que as máquinas não fossem desviadas daqui, a que fosse inventariado que nada disso era retirado nem era, vá lá, estragado, não é. De maneira que então depois na quarta feira seguinte veio cá, eram duas e meia mais ou menos... lá o senhor Martins do sindicato telefonou para aqui a prevenir que vinham cá ao do tribunal, para eu retirar imediatamente toda a matéria prima que

estivesse aqui fabricada. Eu então disse-lhe: «Sr. Martins, então muito obrigado!!!... Então o senhor Ribeiro, o senhor presidente do sindicato, que esteve aqui na 2.ª-feira, disse-me que não era preciso retirar nada do artigo fabricado, que eles só vinham cá inventariar as máquinas, e então agora vão vem-me com essa pressa para eu arranjar um carro para retirar isto daqui? Onde é que eu vou arranjar um carro agora? — «Pois é... veja lá, resolve o problema de qualquer maneira». — «Não, não resolve, que eu não faço milagres!» — «Mas eles estão já a...» — «Ah, se estão já ali, deixem-os vir!» Então depois passados 10 minutos chegaram aí. Chegaram aí outra vez o administrador de falências e os funcionários do tribunal e disseram: «sr. fulano, tenha paciência mas nós queremos já começar a trabalhar. Ponha o pessoal lá fora, para nós começarmos a

### OS TRABALHADORES É QUE EXECUTAM O INVENTARIO

trabalhar». E eu então, claro tinha aqui o artigo dentro, e disse: «tenham paciência, hoje é que ninguém trabalha aqui dentro — trabalhamos nós, nós é que temos de trabalhar até ao fim! Hoje fecha a folha, o pessoal tem de acabar o dia... então depois amanhã, os srs. resolvem, eu posso até ajudá-los a fazer o inventário se vocês quiserem; mas hoje é que o pessoal tem de trabalhar até à noite», com a ideia de quando eles fossem embora retirar a matéria prima. De maneira que então, e tal, «tem de ser hoje»; e eu então disse, «ai tem de ser hoje? Então já ficam a saber, nem hoje nem amanhã! Se concordamos ao bem, concordamos ao bem — então concordamos ao bem, então nem hoje nem amanhã!» E eles disseram: «Prontos... mas o sr. garante-me que então amanhã começamos a trabalhar?» — «Garanto, sim senhor! Logo à noite dou ordens ao pessoal para ficar em casa amanhã e 6.ª-feira, na condição dos srs. concordarem de na 2.ª- feira já trabalharmos outra vez! de outra maneira ficam desde já a saber que não concordo!» O administrador de falências virou-se assim para mim: «prontos, mas então os srs. estão de acordo que quando isto for à venda também têm que abandonar isto?» — «Prontos, sim senhor estamos plenamente de acordo; agora o que não estamos de acordo é hoje deixar de trabalhar. Acabamos o dia e depois então amanhã começam a fazer o inventário». — «Prontos vamos embora, vamos embora», e tal... Foram embora e então depois é que eu consegui retirar a obra. Arranjamos um carro e para guardar a obra. Ora claro depois ao outro dia então, fez-se o inventário, 5.ª e 6.ª- feira, eu fui dar uma referência das máquinas e depois na 6.ª- feira então ficou tudo mais ou menos resolvido e então na 2.ª- feira começamos o trabalho.

COMBATE — As máquinas ficaram avaliadas mais ou menos em quanto?

A — Bom, as máquinas ficaram avaliadas a um preço baixo. O próprio tribunal, os elementos do tribunal, ficara de me dar uma relação concreta daqui o que ficava assente, não é, daquilo que vai ser entregue no tribunal; vai-me ser dada uma relação das máquinas, para saber mais ou menos quanto vai ser. Talvez à volta de 200 contos, vinte para trás vinte para a frente. Na altura podia até ter ficado com uma cópia daquilo que avalei mas como eles me ficaram de me dar uma relação exacta do que hoje tenho mais ou menos dados daquilo que foi para lá, mas eles ficaram de me dar uma relação, uma cópia. Não é, mas deve andar aí à volta de 200 contos, vinte para trás vinte para a frente, e até talvez nem chegue a isso...

(Continua na pdg. 7)





# EM DEFESA DO EMPREGO OS TRABALHADORES SUBSTITUEM O PATRÃO

(Cont. da página anterior)

COMB. — Outra questão, referiram toda aquela dificuldade em vender, e depois como é que...

A — Tivemos realmente dificuldade nas compras e dificuldades nas vendas. Depois então apareceu um grupo de apoio, do Porto, que se propôs colaborar connosco. Disseram que se propunham vender a mercadoria, arranjavam lá um posto de venda. Mas, é claro, nós a princípio hesitámos um pouco, não é, porque não tínhamos conhecimento, das pessoas mas, é claro, depois contactámos mesmo e fomos realmente para esse campo. Este grupo de apoio, eu poderei explicitar alguns nomes de relevo especial, como seja...

B — E já têm vindo aqui diversos.

A — Diversas pessoas em que, realmente, nós temos muita simpatia, muita consideração por elas. Além disso, esses nossos amigos já têm contactos com outros, noutros postos. O nosso primeiro posto de vendas ficou junto à Igreja de Massarelos em que eu, logo no primeiro dia, contactei lá... fui lá e realmente verifiquei que a coisa ficou bem organizada.

B — E já anda por 300 contos...

A — Nesta altura, precisamente já nos entregaram, esse grupo de apoio, à volta de 280 contos. Aliás parece que já trazem mais dinheiro para entregar, parece que à volta de uns 30 contos, o que já ultrapassa os 300 contos. Estamos imensamente satisfeitos, agradecidos, a todos esses grupos de apoio visto que realmente devemos reconhecer que para nós têm sido uns homens.

B — É o que nos tem valido. Se não, eramos obrigados... não sei, concerteza já tínhamos fechado isto.

A — Ou ter fechado ou ter ido para as feiras, porque nós realmente, nessa altura que o grupo de apoio do Porto nos propôs as vendas, eu até já tinha metido para a câmara uma licença para irmos para as feiras, vender.

COMB. — Mas isso é uma hipótese que não está posta de lado...

A — Essa hipótese não está posta de lado, visto que ainda ontem no sindicato têxtil, eu fui lá, e o sr. presidente disse-nos: «você essa ideia não a ponham de parte porquanto mesmo para a propaganda da fábrica convém realmente, ela está um bocadinho esquecida, vocês têm aí uma barraca que nós tínhamos quando era a colónia de férias, das crianças, nós cedemos essa barraca, ela é grande mas vocês mandam-na arranjar para mais pequena, e vocês não devem pôr isso totalmente de parte. Porque vocês têm, realmente, aquele grupo de ajuda no Porto, mas suponham que eles de hoje para amanhã vos deixam por qualquer motivo, devido aos afazeres ou de qualquer maneira, vocês têm de estar mentalizados para que aquilo não vá abaixo...»

COMB. — Mas agora há o problema do leilão.

A — O leilão, eu a minha ideia é a seguinte: nós vamos ver se fazemos um comunicado, onde vamos pedir a solidariedade, vá lá, de camaradas da indústria têxtil, daqueles que tivessem a boa vontade de contribuir...

Pode ser que às vezes queiram retirar isto para outro lado, não é, isto só que procurasse... que fosse obrigado a continuar com a laboração da fábrica para garantir o salário nos operários. E esta é a nossa intenção nesse comunicado que andámos a distribuir para ser publicado nos jornais, na rádio e na televisão, vamos pedir para que isso seja feito... E que as máquinas retradas, o tribunal também o obrigue a apresentá-las.

COMB. — Há uma questão importante que é a questão dos salários. Como eram no início e qual a sua evolução?

A — Os salários no início que ele estava a pagar... aqui na confecção estava a pagar 66550 por dia e na tecelagem estava a pagar 81500. Ora nós, passados quinze dias, salvo erro três

semanas, elevámos os salários de 66550 para 85500 e os de 81500 para 100500. E agora no mês de Janeiro, presentemente estamos com a ideia de começarmos a pagar os salários mínimos nacionais, agora no início de 75.

COMB. — Então isso quer dizer que a fábrica dá?

A — É claro, estamos convencidos que a fábrica está realmente a ser bem administrada. No meu ver, a fábrica está a ser administrada de maneira a dar lucros e não prejuízos como o patrão dizia...

B — Se não for bem dirigida não dá...

A — ... que não podia pagar mais do que aquele salário dos 81500 e dos 66550. Felizmente, é claro já estou à frente disto há 3 meses, e vejo que é totalmente diferente, que em vez de prejuízos dá lucros. Vamos já começar, neste mês precisamente, a começar a pagar o salário mínimo nacional. Ora claro, fiz vá lá uma convocação do pessoal, dizendo que é realmente produzir, porque é claro se não houver produção também realmente não se pode fazer nada. Ora é claro o pessoal está a corresponder, parece-me que o pessoal está a corresponder melhor já, e é possível que se vá mentalizando para que isto desenvolva o melhor possível, cada um a produzir mais e a aperfeiçoar para que não saia a obra defeituosa, não é.

COMB. — Portanto parece-me que a vossa primeira preocupação foi, por um lado tentar pôr isto a funcionar e por outro lado chegar a essa situação de pagar o salário mínimo. Acha que mais tarde se isto continuar, e sobretudo se conseguirem comprar a fábrica, poderão pensar por exemplo noutras melhorias, mesmo melhorias de condição de trabalho... quer dizer, se têm a intenção de formar assim a fábrica numa espécie de fábrica um bocadinho modelo?

A — Modernizar, não é?

COMB. — Torná-la mais, já não digo substituir a maquinaria, mas no que se refere ao próprio pessoal, dando-lhe mais consciência do trabalho que estão a fazer, levando-os a tomarem maior responsabilidade...

A — Sim, Pois...

COMB. — Todas essas coisas... Eu acho que deve haver mais, terem reuniões com todo o pessoal, aqueles que estão mais conscientes da situação e que já têm mais responsabilidade e sobretudo aqueles que têm mesmo responsabilidades e isto também portanto chamando à responsabilidade os outros operários levando-os a participarem todos cada vez mais...

A — Sim, claro!

COMB. — ... na condução do processo. Eu portanto acho que isto está a caminhar um bocadinho para isso, porque já neste momento por exemplo em relação ao pessoal que não haverá...

A — Realmente o pessoal está-se a mentalizar mais um pedaço do que aquilo que foi no princípio, um ou outro às vezes ainda e coisa... mas já está...

B — Agora até antes da hora...

A — Agora já antes da hora, eu até propus que a entrada devia ser antes 5 minutos, para que à hora, às 8, tudo começasse a trabalhar. Até possivelmente, é claro está aí o pessoal antes 2, 3 ou 4 ou 5 minutos, porque é que não pode trabalhar se nós trabalhamos para nós, não pode trabalhar 2 ou 3 minutos antes? É claro, e realmente o pessoal agora está já realmente a corresponder, já antes da hora já há gente a trabalhar. E eu estou plenamente convencido que isto que vai realmente para a frente.

COMB. — Outra questão... portanto, fizeram essa experiência toda, já vai há quase 4 meses e acha que se possível todos ou pelo menos uma parte — as pessoas que se responsabilizaram mais por este processo — se neste momento terão mais ou menos consciência da situação por exemplo da classe

operária aqui do sector têxtil, das condições em que vivem, dos direitos que têm, não é, dos direitos que lhes são dados e dos direitos que lhes são negados (tem isto é um bocadinho...)? Por tanto, se neste processo todo se aperceberem qual a posição de um operário numa fábrica? Quer dizer, que não é só estar ali agarrado à máquina sem poder responsabilizar-se por nada nem... muita gente pode dizer que há uma parte dos operários que não liga e tal, mas as razões talvez sejam porque estavam metidos dentro de uma fábrica onde nunca ninguém também lhes pediu responsabilidade — responsabilidade no aspecto de gestão, não é. A responsabilidade deles era portanto agarrar-se ali a fazer aquele serviço e mais nada. Portanto talvez que...

B — Posso interromper?

COMB. — Havia mais duas questões: uma delas era em relação à produção, em relação ao que se produzia antes de a fábrica entrar em auto-gestão e ao que se produz agora; portanto se agora produz mais e inclusivamente em relação às máquinas — se tem mais ou menos máquinas a trabalhar.

B — Bem, nós quando a fábrica fechou estavam só a trabalhar em média 7 teares (ele levou isto tudo à ruína, não é). Hoje temos a trabalhar à volta de 20 teares ou mais até... 22 teares pelo menos? E vão carregar mais...

COMB. — E os teares estavam bons, ou...

B — Bem, os teares estavam em teias, não é. Nós agora comprámos algodão para pôr esses teares a trabalhar porque na altura quando fechou isto estava quase tudo esgotado. Nós agora desde que houve essa coisa da relação, do inventário, agora começamos a mandar vir algodão em maior quantidade para começarmos a carregar já umas teias grandes, para dar mais espaço.

(Conclui no próximo número)

## COMUNICADO DO NÚCLEO «LIZ» DELEGAÇÃO DO NORTE

(Cont. da pág. 8)

ção do Núcleo «Liz») a comparticipação dos trabalhadores que nos vários sectores do Porto da E. C. L. exercem suas funções sem olhar à sua posição hierárquica ou condição social. Fácil é comprovar esta afirmação por consultas aos nossos colegas de trabalho em qualquer dos sectores da E. C. L.

6 — Tendo sempre presente o espírito de boa vizinhança e relações que os nossos superiores hierárquicos quiseram manter, reforçado também pela vontade dos componentes do Núcleo, foram cedidas as instalações ao Rancho de Massarelos para ensaios da sua marcha concorrente às Marchas Sanjoaninas de 1973, que as utilizaram durante algum tempo e enquanto o espaço esteve disponível.

Assim e pelo exposto pretendem os trabalhadores da Empresa de Cimentos de Leiria — Delegação do Norte — e componentes do Núcleo «Liz» protestar contra a ilegalidade e injustificada ocupação das instalações, por se sentirem prejudicados na contribuição para um tão convívio e serem cortadas as oportunidades de recreação desportiva e cultural que consideramos sempre desejáveis e merecedoras do aplauso entre todos os trabalhadores portugueses.

E portanto, reivindicamos o uso ou utilização do mencionado espaço como vinhos fazendo, e a que temos todo o direito.

Mais se pretende afirmar que não se negam os trabalhadores da E. C. L. — Delegação do Norte — colaboração com os vizinhos de Massarelos, pessoas de trabalho como nós, na intenção de continuar a manter o clima de boas relações sempre existentes.

Na defesa dos justos interesses dos trabalhadores da E. C. L. — Delegação do Norte — e componentes do Núcleo «Liz».

# APELO 500 ASSINATURAS

A situação económica do «Combate» encontra-se neste momento extremamente difícil: precisamos, em 15 dias, de 20 mil escudos para podermos continuar a publicá-lo. Sem isso, o «Combate» não poderá continuar a sair regularmente.

Fazemos pois um apelo urgente a todos os camaradas, leitores e distribuidores do jornal, para que procurem obter assinaturas do «Combate»: são precisas pelo menos 500.

Outras formas de apoio são também possíveis e desejáveis.

Camaradas: a existência do «Combate» está nas vossas mãos.

Correspondam ao nosso apelo!

## AS CONTAS DO «COMBATE»

A partir deste número, passamos a publicar as contas do jornal. A ausência desta medida representava uma lacuna, pois entendemos que os leitores devem, tal como o colectivo que faz o jornal, conhecer a situação do «Combate» por inteiro. E como se pode verificar, a sua situação é precária. Aqui chamamos, pois, mais uma vez, a atenção de quantos se interessam pela existência do «Combate» para o apelo que abaixo se repete: a não resposta a este apelo só poderá, na presente situação, significar um abandono. E só nos resta fazer votos para que isso não suceda.

Despesas	(N.º 21 E 22)	Recetas
Tipografia 4.º 21/22		Bruta 4.º 21 - 16.834.200
	30.234.20	N.º 22
		assinaturas 840.00
		Colaboradores 6890.00
		Vendas 5670.00
		T. pessoal 13.400.00
		total (1+2) 30.234.20

QUERIA ASSINAR O COMBATE DESDE O N.º

1 ano (26 números) — 60500; 6 meses (13 números) — 30500; apoio (anual) — 120500 mínimo

Europa (1 ano — 151500); USA (1 ano 190500); Angola (1 ano — 177500).

QUERIA VENDER O COMBATE

Junto a este \$

(Todos os cheques e vales devem ser enviados em nome da directora)

## COMBATE

AVENIDA SANTOS DUMONT, 48, R/C-D.  
LISBOA - 4

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Profissão \_\_\_\_\_

(ENVIAMOS OS NÚMEROS ANTERIORES A QUEM OS SOLICITAR)

# LUTAS URBANAS:

## — MASSARELOS (PORTO)

Recebemos da Comissão de Moradores de Massarelos, cópia da «CARTA ABERTA AOS TRABALHADORES DA E. C. L.», em que refutam as afirmações dos trabalhadores da E. C. L. de que a ocupação do Frigorífico do Peixe seria ilegal e injustificada. Eis o teor da «Carta Aberta»:

«Amigos:

Ao tomarmos conhecimento do vosso comunicado transcrito nos jornais diários, queremos responder-lhes de maneira franca e aberta.

Consideram vocês que a ocupação dum parte das instalações da E. C. L., situadas na Alameda Basílio Teles é ilegal... Será que quando os trabalhadores se organizam na defesa dos seus direitos e ultrapassam as leis dos patrões, que visam travar a sua luta, estão a cometer ilegalidades?

Será que quando a população de Massarelos, apoiada pela sua Comissão de Moradores, ocupa um prédio do Sr. Champalimaud, na sua maior parte desocupado, está a cometer ilegalidades? Ou será que essa ilegalidade só existe para os capitalistas que vêm pôr em perigo os seus lucros e bens conquistados à custa da exploração dos trabalhadores?

Consideram vocês que a ocupação é injustificada...

a) Será injustificado pôr ao dispor da população de Massarelos alguns milhares de pessoas, um imóvel até aqui todo desocupado?

b) Será injustificado pretender fazer uma creche para os nossos filhos e um centro de convívio para os mais idosos?

c) Será injustificado pretender utilizar continuamente umas instalações desportivas que em 13 anos apenas foram utilizadas em dois períodos?

d) Será injustificado pretender montar um centro médico para todos nós e realizar sessões cultu-

rais e recreativas para uma população sistematicamente afastada desses benefícios?

e) Será injustificado pretender eliminar uma fonte de poluição do sítio onde vivemos?

Ou será que a injustificação só existe para quem está habituado a utilizar em seu benefício aquilo que a todos deveria beneficiar?

Em reunião com elementos da Comissão Desportiva da E. C. L., a Comissão de Moradores de Massarelos definiu já que estará sempre disposta a ceder as instalações ora ocupadas aos trabalhadores da E. C. L., bem como a quaisquer outros, para as suas actividades desportivas.

Pensamos que assim se poderão reforçar os laços de «sã camaradagem» entre os trabalhadores da E. C. L. e a população de Massarelos, o que achamos do maior interesse.

Não queremos dar lições a ninguém, mas pensamos que, melhor do que atacar os moradores de Massarelos em luta por aquilo a que têm direito, seria preferível que os trabalhadores se organizassem para lutar contra o capitalista Champalimaud que teve a destacada de dizer que o que era preciso é que o Governo «não o chateasse».

Esperemos que para bem dos trabalhadores portugueses, quer a população de Massarelos, quer o Governo, quer os trabalhadores não deixem de o «chatear».

COMISSÃO DE MORADORES DE MASSARELOS

## REIVINDICAÇÕES DOS MORADORES DOS BAIRROS DE LATA DOS CONCELHOS DE LOURES, OIRAS, SINTRA E VILA FRANCA DE XIRA

As Comissões de Moradores dos bairros de lata dos concelhos limítrofes de Lisboa (Oeiras, Sintra, Loures e Vila Franca de Xira), abrangidos pela operação S. A. A. L., exigem a adopção imediata das seguintes medidas concretas:

1 — Publicação do decreto-lei de financiamento às Cooperativas de habitação económica e Associações de moradores, há tanto tempo prometido.

2 — Consagração no referido decreto-lei dos pontos seguintes:

a) — Que o montante da verba a atribuir em subsídio de fundo perdido, a fixar anualmente por despacho da S. E. H. U., seja de 70 000 500 por fogo construído.

b) — Que as condições especiais de crédito a conceder às referidas Associações de moradores, e Cooperativas de habitação económica, a fixar igualmente por despacho da S. E. H. U., sejam: taxa de juro máxima de 5% e 20 anos como prazo mínimo de amortização.

c) — Que o sistema de financiamento seja montado de tal forma que todas as Associações de moradores e Cooperativas de habitação económica possam garantir a execução de planos de construção com a duração mínima de 12 meses.

d) — Que as Associações de moradores referidas beneficiem das isenções fiscais e outras que por lei forem conferidas às Cooperativas de habitação económica.

3 — Que nenhum processo de expropriação se possa arrastar por mais do que 20 dias desde que dá entrada na respectiva Câmara Municipal até à sua aprovação.

4 — Saída das disposições legais que tornam gratuita a publicação dos estatutos das Associações de moradores e Cooperativas de habitação económica no Diário do Governo e jornais diários.

5 — Que o Estado isente as Associações de moradores e Cooperativas de habitação económica das obrigações sociais relativas a organismos dele dependentes.

Chama-se a atenção para o facto de que o avanço deste processo poderá tornar necessária a alteração dos valores agora exigidos em matéria de financiamento.

A adopção deste conjunto de medidas permitirá não só o arranque da construção a curto prazo e em vários locais de habitações cujas rendas não excedem em média 10% dos rendimentos dos agregados familiares interessados mas também contribuirá para a minoração da crise que neste momento atinge o sector da construção civil através da contratação de empresas ou através da formação de brigadas de construção constituídas pelos desempregados residentes nos bairros em questão.

Os moradores pretendem uma resposta sobre estas questões num prazo de 7 dias em face da qual tomarão as posições e medidas necessárias ao prosseguimento da luta pelo direito à habitação.

Lisboa, 15 de Abril de 1975

As Comissões de Moradores

## PLENÁRIO DE MORADORES — MASSARELOS

Em conformidade com as decisões finais do comunicado aprovado no dia 18-3-75, numa reunião Inter-comissões na Escola de Belas-Artes, com as reivindicações formuladas nessa reunião não foram atendidas, na data prevista, realizou-se no passado dia 5-4-75, no Palácio de Cristal, um comício com a participação de moradores, brigadas técnicas e coordenadoras do SAAL.

Pretendeu-se com este plenário definir novas formas de luta para solucionar todos os problemas e entaves que têm vindo a surgir ao SAAL e às comissões de moradores.

Intervieram em primeiro lugar um delegado de cada comissão de moradores, que teceram diversas considerações, tendo apresentado algumas propostas concretas à mesa.

O delegado de Massarelos, na sua intervenção, contestar a afirmação, até agora sempre repetida, da Câmara Municipal do Porto, de que não tem dinheiro para resolver o problema da habitação, lembrando que a mesma Câmara vai gastar alguns milhares de contos num Pavilhão de Indústrias na Avenida da Boavista. Frizou ainda a importância da banca, recentemente nacionalizada que, sob o controlo dos trabalhadores, poderá, através de empréstimos, vir apressar a solução do problema da habitação.

Focou ainda a necessidade de se acabar com os entaves burocráticos do Fundo de Fomento da Habitação e da Câmara, a fim de serem apressados os processos de expropriação de casas ocupadas, já com o respectivo processo de expropriação entregue na Câmara, e dos terrenos para construção.

Finalizou exigindo a vinda do secretário da Habitação e Urba-

nismo ao Porto a fim de podermos deixar-nos de meras palavras e passarmos a factos concretos.

Foi lida em seguida uma mensagem de apoio dos trabalhadores do Fundo de Fomento da Habitação de Lisboa por uma sua representante que se deslocara ao Porto propositadamente para esse efeito. Essa mensagem referia ainda a importância de as expropriações serem imediatas e sem indemnização.

Iniciou-se em seguida a votação das propostas apresentadas à mesa e que se encontram no comunicado que a seguir é transcrito.

Conforme uma das propostas aprovadas seguiu-se uma manifestação que se dirigiu para a Câmara e em seguida ao Quartel General. Ai, o oficial de dia, após ter elogiado a ordem e civismo com que a manifestação tinha

## BOLETIM 4



decorrido e dado o seu apoio aos manifestantes na sua luta por uma habitação condigna, levou alguns representantes ao Sr. Coronel Corvacho que solicitou um relatório sobre as actividades do SAAL que concretizasse os entaves a que o processo tem estado sujeito.

Comunicado sobre as deliberações tomadas em plenário no dia 5-4-75:

1) Exigir a nacionalização dos solos urbanos e urbanizáveis e gestão popular desses terrenos através das respectivas associações de moradores;

2) Exigir a concretização imediata de todos os processos de expropriação;

3) Imediata ocupação organizada pelas associações de moradores, das casas abandonadas, indevidamente vazias e situadas nas respectivas zonas para benefício dos moradores mais necessitados;

4) Que todos os moradores das zonas de intervenção SAAL, já com processos de expropriação entregues ao Governo, deixem de pagar rendas a partir desta data e que as mesmas versem a favor dos fundos das associações de moradores;

5) Que se deixe de pagar de imediato ao subalugadas nas zonas de intervenção SAAL e em outras zonas que se solidarizem, uma vez que não saiu a lei que acaba com a exploração feita por aqueles;

6) Exigir a saída imediata da lei do financiamento;

7) Reconhecimento imediato das comissões de moradores;

8) Reorganização da gestão das câmaras municipais com base na participação das associações de moradores, comissões dos bairros camarários, funcionários municipais e do SAAL.

9) Autonomização do SAAL em relação ao Fundo de Fomento da Habitação;

10) Saneamento imediato da Comissão Administrativa da Câmara Municipal do Porto, especialmente do seu presidente Artur Andrade;

11) Saneamento imediato da Direcção do Norte do Fundo de Fomento da Habitação, especialmente do Eng.ª Fortuna;

12) Ocupação das instalações do Fundo de Fomento da Habitação a organizar na próxima reunião do Secretariado da Comissões de Moradores;

13) Realização urgente de reunião entre elementos das comissões de moradores, brigadas técnicas e coordenadora do SAAL com o Governo;

14) Entrega em mão destas reclusões ao Conselho Superior da Revolução, dando-lhes o máximo de publicidade;

15) Realização dum manifestação imediata após o encerramento do plenário até à Câmara Municipal e Quartel General.

(in Boletim, n.º 4, da Comissão de Moradores de Massarelos, Porto)

## COMUNICADO DOS TRABALHADORES DA DELEGAÇÃO NO NORTE DA EMPRESA DE CIMENTOS DE LEIRIA

Porto, 27 de Março de 1975

Face à ocupação que reputamos de ilegal dum parte das instalações da Empresa de Cimentos de Leiria situadas na Alameda Basílio Teles e com entradas pela Rua de D. Pedro V, a Massarelos, nesta cidade, o Núcleo «Liz», através dos trabalhadores da Empresa seus componentes, pretende esclarecer publicamente da posição que assumem, comunicando:

1 — A notícia vinda a público através do jornal «O Comércio do Porto» em 26 de Março afirma que foi pela Comissão de Moradores de Massarelos promovida a ocupação de parte do edifício que integra o recinto o que diz ser ginásio desportivo;

2 — Improvisaram em fins de 1972 os trabalhadores pertencentes ao Núcleo «Liz» dum parte livre do imóvel voltado à Alameda, e somente enquanto a Empresa pudesse prescindir desse espaço, um recinto para desporto recreativo que proporcionasse a prática de desporto de salão a interessados funcionários da E. C. L., no intuito de reforçar a «sã camaradagem» e o bom ambiente que sempre entre todos existiu ao longo dos muitos anos de convívio mantidos;

3 — Assim proporcionou o Núcleo «Liz» a oportunidade de contactos com trabalhadores de outras empresas da cidade programando torneios de futebol de salão que vieram a realizar-se e em que foi sua intenção integrar também moradores de Massarelos de quem recebemos pronta adesão e com quem confraternizamos;

4 — Sempre foi propósito do Núcleo Desportivo de Trabalho-

re do Porto da E. C. L. criar relações de boa vizinhança e são convívio, sem fazer discriminação de classes, quer económica quer socialmente, comprovadas pelos convites formulados a vários níveis conforme inscrições ao tempo efectuadas para a participação em torneios realizados naquelas instalações.

Assim estiveram presentes:

União Desportiva de Massarelos;

Grupo de Jovens de Massarelos;

Grupo Desportivo da «Atlas Copco»;

Grupo Desportivo dos «Transportes Casais, Lda.»;

Grupo Desportivo dos «Têxtil Myhre, Salgado, S. A. R. L.»;

Grupo Desportivo da «Sograpen»;

Grupo Desportivo da «Grundig»;

Grupo Desportivo de «Costa Pina & Vilaverde, Lda.»;

Grupo Desportivo «Famiboy» do Bonfim;

C. A. T. de «Ed. Ferreirinha & Irmão»;

e vários grupos de trabalhadores de escritório, armazéns e entrepostos de cimento a granel da E. C. L. integrados no Núcleo «Liz».

5 — Para além destas actividades tivemos ainda outras reuniões recreativas desde 1971 com colegas das nossas fábricas em Maçeira-Liz e Alhandra, da nossa sede em Lisboa e de outras empresas, mas que dada a sua dimensão vieram a realizar-se noutros locais e que sempre incluíram (respeitando os objectivos da cria-

(Continua na pág. 7)